



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150399 - PE (2021/0219752-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : DAMIÃO BEZERRA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : GENECI ALVES DE QUEIROZ - PE015972
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CORRÉU : GENILSON CLAUDINO DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DAMIÃO BEZERRA DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC n. 0003448-64.2021.8.17.9000).

O recorrente "se encontra preso preventivamente há mais de um ano, acusado da suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, VI, e § 2º-A, I, c/c o art. 29, *caput*, ambos do CP, com as implicações das Leis n. 8.072/90 e n. 11.340/06 (homicídio qualificado em contexto de violência doméstica)" (fl. 157).

Sustenta o impetrante que o paciente faria jus à substituição do cárcere por recolhimento domiciliar, nos termos do art. 318, inciso II, do Código de Processo Penal e da Recomendação CNJ n. 62/2020, tendo em vista que é portador de hemorroidas interna e externas de 2º e 3º graus, tendo a sua condição de saúde se agravado nos últimos meses, tratando-se de indicação cirúrgica, cuja recuperação não poderá ocorrer no ambiente prisional.

Afirma que "o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que, excepcionalmente, pode-se conceder ao preso em regime semiaberto, ou mesmo fechado o benefício da prisão domiciliar, quando demonstrado que o recluso é portador de doença grave e haja a impossibilidade de se prestar a devida assistência médica no estabelecimento penal em que se encontra recolhido" (fl. 185).

Aduz a existência de constrangimento ilegal também diante da ausência de fundamentação idônea apta a autorizar o decreto e a manutenção da prisão preventiva do paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a substituição do cárcere por medidas cautelares alternativas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, ou por recolhimento domiciliar, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 160-161):

Nesse contexto, cumpre observar que o paciente já foi pronunciado e aguarda a designação de nova data para a sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri, além de ser necessário destacar que o paciente responde por um crime de homicídio bárbaro de sua ex-companheira em contexto de violência doméstica e que foi concedida liberdade provisória ao paciente em 2015 e este ficou foragido por cerca de quatro anos, antes de ser novamente capturado. Nesse contexto, vale observar que o art. 318, inciso II, do CPP permite a substituição da prisão preventiva por domiciliar quando o agente estiver “extremamente debilitado em razão de doença grave”. Ora, a defesa não juntou provas preconstituídas no sentido de que o paciente se encontre em estado extremamente debilitado, mas apenas comprovantes de que está sendo devidamente atendido no hospital local enquanto preso. A doença a que o paciente se encontra acometido pode ser tratada dentro da própria unidade prisional. Havendo necessidade de atendimento médico externo, o preso é transferido para o hospital mais próximo a fim de que receba o tratamento adequado, conforme tem acontecido no caso concreto.

[...]

Assim, não vislumbro a necessidade de substituição da prisão preventiva do paciente por prisão domiciliar, haja vista que não foi comprovado o estado de saúde extremamente debilitado do agente, pois o tratamento pode e vem sendo realizado dentro da unidade prisional.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente